

Lei Ordinária nº 991/1997

Dispõe sobre a reorganização da estrutura básica da Prefeitura Municipal de Camapuã e dá outras providências.

ERALDO HOLOSBACK ALVES AZAMBUJA, Prefeito Municipal de Camapuã: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 03 de janeiro de 1997

TÍTULO I -

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA

Art. 1°. -

Para cumprir suas finalidade, a Prefeitura Municipal de Camapuã conta com a seguinte estrutura organizacional básica:

- I Órgãos Colegiados
- II Órgãos de Assessoramento Direto e Imediato
- a) Gabinete do Prefeito
- b) Procuradoria Jurídica
- c) Coordenadoria Municipal de Planejamento
- III Órgãos de Natureza Instrumental
- a) -

Secretaria Municipal de Administração

- b) Secretaria Municipal das Finanças
- IV Órgãos de Natureza Operacional
- a) Secretaria Municipal de Assistência Social
- b) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

- c) Secretaria Municipal de Obres e Serviços Públicos
- d) Secretaria Municipal de Saúde
- V Órgãos de Atuação Regional
- a) Administração Regional do Figueirão
- b) Administração Regional da Pontinha do Cocho
- VI Órgãos de Regime Especial
- a) Guarda Municipal de Camapuã

Parágrafo único. -

A representação gráfica da estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal de Camapuã é a apresentada no Anexo I, desta lei.

Art. 2°. -

Os órgãos compreendidos nos incisos II, III e IV do artigo anterior constituem as unidades de primeiro nível de organização da Administração, cujas características são as seguintes:

1 -

Nível de Direção Superior - representado pelo Chefe de Gabinete do Prefeito, Procurador Jurídico, Assessor Especial, Coordenador Municipal do planejamento e Secretários Municipais, com funções relativas a liderança e articulação do setor de atividade comandado pelo órgão, inclusive as relações intergovernamentais:

II -

Nível de Gerencia – representado pelo Diretor-Geral, com funções relativas a controle interno de programas, projetos e atividades a cargo da pasta, bem como ordenação dos serviços auxiliares necessários ao regular funcionamento do órgão;

III - Nível de atuação Programática - representado por unidades administrativas encarregadas das funções especificas do órgão.

Art. 3°. -

O Núcleo constitui o ultimo nível de desdobramento da estrutura básica dos órgãos mencionados nos incisos II, III e IV, do art. 1° desta lei, e serão implantados na medida das necessidades especificas para o desenvolvimento dos serviços afetos à pasta.

Art. 4°. -

O Prefeito Municipal regulamentará, por meio de decretos os desdobramento da estrutura básica, a competência e o funcionamento dos órgãos e entidades de que trata esta lei.

Art. 5°. -

As designações Secretaria Municipal e Secretário Municipal abrangem, sempre que couber, o gabinete do Prefeito, a Procuradoria Jurídica, a Assessoria Especial e a Coordenadoria Municipal do Planejamento, bem como os respectivos titulares.

TÍTULO II - DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Capítulo I - DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Art. 6°. -

Verificadas as conveniências e a oportunidade, a instituição se órgãos colegiados observara as disposições contidas nos artigos 81, 82 e 83 da Lei Orgânica do Município de Camapuã.

- § 1°. A composição e a competência de cada órgão colegiado serão definidas em lei especifica.
- § 2°. Os órgãos colegiados já criados deverão se adaptar às disposições referidas neste artigo.

Capítulo II - DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO DIRETO E IMEDIATO

Seção I - Do Gabinete do Prefeito

Art. 7°. -

Ao Gabinete do Prefeito compete o assessoramento administrativo ao Prefeito; a organização e controle da agenda do Prefeito; a transmissão das ordens do Prefeito às demais autoridades municipais; as atividades concernentes ao cerimonial, imprensa e relações públicas; o apoio administrativo para funcionamento dos órgãos federais de atuação no âmbito municipal.

Seção II - Da Procuradoria Jurídica

Art. 8°. -

À Procuradoria Jurídica compete a representação da Prefeitura em qualquer foro ou juízo, por delegação específica do Prefeito; o assessoramento à unidades da Prefeitura em assuntos de natureza jurídica; a execução judicial da divida ativa; o controle das atividades relacionadas com desapropriações praticadas pelo Município; a preparação de contratos, convênios, ajustes e demais instrumentos em que a Prefeitura seja parte.

Seção III - Da Assessoria Especial

Art. 9°. -

À Assessoria Especial compete a execução dos programas, projetos e atividades especificamente determinados pelo Chefe do Poder Executivo, que por sua natureza e complexidade exijam tratamento especializado, bem como aquelas que não sejam da competência própria de outro órgão da estrutura organizacional básica da Prefeitura de Camapuã.

Seção IV - Da Coordenadoria Municipal do Planejamento

Art. 10 -

À Coordenadoria Municipal do Planejamento compete a coordenação das políticas municipais do desenvolvimento urbano, do desenvolvimento econômico e do meio ambiente; a elaboração dos instrumentos de planejamento referidos na Lei Orgânica do Município; a elaboração do orçamento anual e plurianual de investimentos e da lei de diretrizes orçamentárias, em conjunto com a Secretaria Municipal das Finanças; o acompanhamento da execução orçamentária; a elaboração, execução e fiscalização de

planos, programas ou projetos especiais sociais, urbanos e econômicos determinados pelo Prefeito; a coordenação dos serviços de informática; a articulação de convênios, acordos e contratos junto aos setores público e privado; a execução das atividades de modernização administrativa e melhoramento da qualidade dos serviços municipais; a gestão das atividades de desenvolvimento econômico, envolvendo indústria, comercio, turismo, agricultura, pecuária e prestação de serviços; a coordenação da utilização racional dos recursos naturais, em conjunto com as Secretarias Municipais de Saúde e de Obras e Serviços Públicos, promover o adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e da ocupação do solo urbano; a administração e atualização do sistema cartográfico municipal; a coordenação das atividades de apoio logístico prestadas aos órgãos colegiados municipais.

Capítulo III - DOS ÓRGÃOS DE NATUREZA INSTRUMENTAL

Seção I - Da Secretaria Municipal de Administração

Art. 11 -

À Secretaria Municipal da Administração compete a gestão das funções relativas a administração dos recursos humanos; a gestão dos serviços gerais de comunicação arquivo, protocolo, limpeza, manutenção, reprografia e transportes; a gestão da administração do patrimônio e de materiais; a organização, controle a atualização do cadastro geral de fornecedores e de prestadores de serviços; o comando do processamento das licitações de interesse da Prefeitura.

Seção II - Da Secretaria Municipal das Finanças

Art. 12 -

à Secretaria Municipal de Finanças compete a gestão da legislação tributária, fiscal e financeira; a inscrição de contribuintes dos tributos municipais; o lançamento dos tributos municipais; a arrecadação e fiscalização dos tributos devidos ao Município; a inscrição de débitos em divida ativa; o fortalecimento de alvarás de localização; o esclarecimento de duvidas relativas ao entendimento e aplicação da legislação tributária e fiscal; a emissão de empenhos; a administração de fundos municipais; a guarda e movimentação de valores; o controle dos níveis de endividamento da Prefeitura, a liquidação e pagamento das despesas; a elaboração de balancetes, demonstrativos e balanço geral da Prefeitura; a prestação anual de contas e o cumprimento das exigências do Controle Externo; os registros e controles contábeis e a tomada de contas dos atos e fatos administrativos; o acompanhamento do desempenho da receita e da despesa para assegurar o equilíbrio orçamentário; o fornecimento de dados à Coordenadoria Municipal do Planejamento para fins de acompanhamento da execução orçamentária.

Capítulo IV - DOS ÓRGÃOS DE NATUREZA OPERACIONAL

Seção I - Da Secretaria Municipal da Assistência Social

Art. 13 -

à Secretaria Municipal de Assistência Social compete a coordenação; da política municipal da assistência social; a pesquisa e estudo das condições de vida da população de baixa renda, visando a melhoria geral de sua qualidade de vida; a formulação e implementação de programas de ação visando melhorias de emprego, renda, habitação, abastecimento, saúde e educação para as comunidades de baixa renda; a

promoção de programas especiais junto à família, à criança, ao adolescente, ao idoso e às pessoas portadoras de necessidades especiais; a promoção de medidas, em conjunto com a Coordenadoria Municipal do Planejamento, no campo do cooperativismo; no campo do cooperativismo e do associativismo, para fortalecer a economia informal do Município; o atendimento de pessoas e segmentos da população em situação de marginalidade social e econômica; a triagem atendimento inicial a migrantes.

Seção II - Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Art. 14 -

À Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes compete a coordenação da política municipal de educação, o planejamento e execução das atividades pedagógicas de ensino regular de primeiro grau; a administração da rede municipal de ensino; a gerencia da merenda escolar; o aperfeiçoamento do professorado especialista de educação e corpo administrativo; a implantação do ensino agropecuário de 5ª a 8ª séries; o acompanhamento dos programas do Ministério da Educação e do Desporto; a coordenação do ensino infantil e do ensino especial; o controle da documentação escolar relativa ao primeiro grau; a absorção dos valores sócio-econômico-culturais da comunidade nas atividades pedagógicas; a promoção de festividades cívicas, certames esportivos, culturais e artísticos; a administração de museus, bibliotecas, teatros, quadras esportivas e bandas de música; a pesquisa de dados culturais e históricos dos diferentes bairros e distritos do Município; a publicação de registros culturais e esportivos.

Seção III - Da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Art. 15 -

À Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos compete o planejamento, execução, fiscalização e acompanhamento, por adjudicação dos outros níveis de governo, por administração direta ou através de terceiros, das obras públicas de interesse da Prefeitura; a abertura e manutenção de vias públicas e de rodovias municipais; a execução ou fiscalização das obras de pavimentação e drenagem; construção, reforma e conservação de edificações públicas municipais e instalações para prestação de serviços à comunidade; a execução direta ou indireta dos serviços de limpeza, coleta e disposição do lixo; a manutenção de praças, calçadas, jardins e demais áreas verdes; o controle e execução do serviços de iluminação pública; a administração e manutenção de cemitérios, serviços funerários, feiras e mercados; o planejamento, controle e fiscalização de transportes públicos e de sinalização urbana, a apreensão de animas em logradouros públicos; a administração, manutenção e execução de serviços mecânicos da frota de máquinas, equipamentos e veículos pesados da Prefeitura; o atendimento e orientação ao público na aprovação e regularização de obras e edificações; o controle da propaganda e publicidade em locais públicos.

Seção IV -

Da Secretaria Municipal de Saúde

Art. 16 -

À Secretaria Municipal de Saúde compete a coordenação da política municipal da saúde; o atendimento médico preventivo e de urgência; o atendimento médico, odontológico e assistencial aos alunos da rede municipal de ensino e à população em geral, em conjunto com as Secretarias Municipais da Assistência Social e da Educação, Cultura e Esportes; a vigilância epidemiológica; a implantação e fiscalização das posturas municipais relativas a higiene e a saúde pública; os serviços de biometria relativos a população estudantil da rede municipal de ensino e aos servidores públicos municipais; a articulação com órgãos e entidades de saúde dos demais níveis de governo.

Capítulo V - DOS ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO REGIONAL

Seção - Das Administrações Regionais

Art. 17 -

Às Administrações Regionais do Figueirão e da Pontinha do Cocho compete a representação da Administração Municipal, no âmbito de suas jurisdições, executando e fazendo executar leis e posturas municipais; a prestação de serviços de interesse da população; a arrecadação de tributos e rendas municipais; o acompanhamento das obras públicas municipais sob orientação técnica, controle e fiscalização técnica, controle e fiscalização dos órgãos centralizados da Prefeitura.

Capítulo VI - DO ÓRGÃO DE REGIME ESPECIAL

Seção - Da Guarda Municipal

Art. 18 -

A Guarda Municipal de Camapuã se destina à proteção dos bens, serviços e instalações do Município e terá organização, funcionamento e direção na forma da legislação especifica de sua criação.

TÍTULO III - DAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES

Capítulo - DAS RESPONSABILIDADES FUNDAMENTAIS

Art. 19 -

Constituem responsabilidades fundamentais dos ocupantes de chefias, de todos os níveis, criar nos subordinados a mentalidade de bem servir ao público e, especificamente:

- **I** -
- propiciar aos subordinados o conhecimento dos objetivos da unidade a que pertencem;
- II promover o treinamento e aperfeiçoamento dos subordinados, orientando-os na execução de suas tarefas;
- **III -** conhecer os custos operacionais das atividades sob sua responsabilidade, combater o desperdício e evitar duplicidade de iniciativas;
- **IV** incentivar os subordinados, estimulando a criatividade e a participação critica nos métodos de trabalho existentes.

Capítulo II - DAS ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DE DIREÇÃO SUPERIOR

Art. 20 -

São atribuições básicas comuns do Chefe de Gabinete do Prefeito, Procurador Jurídico, Assessor Especial, Coordenador Municipal do Planejamento e Secretários Municipais:

1 -

promover contatos sistemáticos com a população para assegurar a eficiência dos serviços sob sua responsabilidade;

II -

responder perante o Prefeito pelo bom andamento dos trabalhos sob sua responsabilidade, buscando a plena realização dos objetivos da Prefeitura;

III -

delegar competências específicas de seu cargo, desde que não resultem em omissão ou redução da sua responsabilidade;

- IV zelar pelos bens patrimoniais afetos ao seu órgão, respondendo por eles perante o Prefeito;
- V exercer a administração do pessoal no âmbito do órgão que dirige;

VI-

desenvolver o plano setorial de trabalho do órgão que dirige deforma a indicar, precisamente, objetivos a atingir e recursos a utilizar, promovendo o controle sistemático dos resultados alcançados.

TÍTULO IV - DOS CRITÉRIOS BÁSICOS PARA O PROCESSO DECISÓRIO

- Art. 21 O processo decisório, no âmbito da Prefeitura, observará os seguintes critérios:
- I controle de resultados;
- II coordenação funcional;
- III descentralização das decisões.

TÍTULO IV - DO CONTROLE DE RESULTADOS

Art. 22 -

O controle de resultados dos programas e ações dos órgãos da Prefeitura constitui responsabilidade de todos os níveis de chefia e será exercido de forma sistemática e permanente, compreendendo:

- I o exame da realização física dos objetivos dos órgãos expressos em planos, programas e orçamentos;
- II o confronto dos custos operacionais com os resultados;

III -

o exame das obras, serviços e materiais, em confronto com especificações previstas em licitações;

IV -

a eliminação de métodos, processos e praticas de trabalho que ocasionem desperdício de tempo e de recursos financeiros, materiais, humanos e ambientais.

Capítulo II - DA COORDENAÇÃO FUNCIONAL

Art. 23 -

O funcionamento da Prefeitura será objeto de coordenação funcional para evitar superposição de iniciativas, facilitar a complementaridade do esforço e as comunicações entre órgãos e servidores, concretizada por meio de reuniões periódicas envolvendo o Prefeito, o Chefe de Gabinete, o Procurador Jurídico, o Assessor Especial, o Coordenador Municipal do Planejamento e os Secretários Municipais, para deliberação sobre os seguintes assuntos:

- I as medidas de incentivo ao desenvolvimento e fortalecimento da economia municipal;
- II as diretrizes gerais dos planos de trabalho e a respectiva escala de prioridades;

III -

a política relativa a ação social, destinada a assistir e proteger a população desprovida de recursos sócioeconômico;

IV -

- a revisão, segundo a conjuntura administrativa e financeira, do orçamento e da programação dos diferentes órgãos da Prefeitura;
- V a conveniência de endividamento da Prefeitura, pela contratação de empréstimo;
- VI as alterações da política de vencimentos e dos benefícios dos servidores da Prefeitura;

VII -

outros assuntos ou matérias sugeridos pelos Prefeitos e demais autoridades participantes da coordenação funcional.

Capítulo III - DA DESCENTRALIZAÇÃO DAS DECISÕES

Art. 24 -

A descentralização das decisões objetiva a melhoria operacional das ações da Prefeitura, mediante o deslocamento, permanente ou transitório, da competência decisória para o ponto mais próximo dos eventos que demandem decisão.

Art. 25 - A descentralização proceder-se-á por meio de delegação de competência explicita, através de ato administrativo da autoridade competente.

TÍTULO V -

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26 -

Ficam extintos todos os cargos de provimento em comissão do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Camapuã, criados anteriormente a esta lei, exceto os cargos do Grupo do Magistério.

Art. 27 -

Ficam criados no Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Camapuã os cargos de provimento em comissão constantes do Anexo II desta lei, conforme os símbolos, denominações, quantidades, valores e

exigências respectivos.

Art. 28 -

Ficam criadas 20 (vinte) funções gratificadas, símbolo FG, para preenchimento por servidores municipais que desempenham atividades de chefia de equipe ou grupo permanente ou transitório.

Art. 29 -

Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar os cargos efetivos, os de provimento em comissão, as funções gratificadas, os empregos e funções existentes de quaisquer órgãos, que fizerem necessários para implantar as disposições desta Lei.

Art. 30 -

Fica a cargo da Coordenadoria Municipal do Planejamento a responsabilidade de programar e executar, de forma ininterrupta, a implantação das disposições desta lei, em articulação com os titulares dos demais órgãos da estrutura básica da Prefeitura Municipal de Camapuã.

Art. 31 -

Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais ou suplementares no orçamento vigente, necessários à implantação das medidas de que trata esta lei.

Art. 32 -

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1997, ficando revogadas as disposições contrárias ou incompatíveis comas diretrizes aqui instituídas.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Prefeitura Municipal de Camapuã, 03 de janeiro de 1997

(a) ERALDO HOLOSBACK ALVES AZAMBUJA

Prefeito Municipal de Camapuã